



Prémio Victor de Sá
de História Contemporânea – 2006
José Viriato Capela

Reuniu a 17 de Novembro de 2006, na Reitoria da Universidade do Minho o júri nomeado para proceder à atribuição do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea referente ao ano de 2006.

O júri foi constituído por José Viriato Capela, Professor Catedrático da Universidade do Minho, presidente; José Medeiros Ferreira, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Maria José Moutinho, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Concorreram ao Prémio e foram submetidos a apreciação do júri 9 trabalhos.

O júri analisou em profundidade os trabalhos concorrentes, salientando a grande valia de alguns deles. E decidiu, por unanimidade, nos termos constantes da Acta, atribuir o 1.º prémio ao trabalho de Sandra Costa – *O Divórcio no Porto (1911-1934)* – «atendendo ao enquadramento do estudo científico da questão, ao tratamento empírico das fontes e à adequada conclusão, bem como à qualidade da escrita do trabalho apresentado». E atribuir uma menção honrosa ao

trabalho de Miguel Cardina Godinho – *A Tradição da Contestação – Resistência Estudantil em Coimbra nos finais do Estado Novo*, «pelas perspectivas abordadas para os domínios de investigação à História da Oposição ao Estado Novo no campo mais largo da Política Contemporânea».

Como já vem sendo regra ao Prémio de História Contemporânea concorrerem trabalhos que são o resultado da investigação académica, neste caso trabalhos feitos em relação com a redacção de teses de Mestrado. Dos 9 trabalhos, 6 são teses de Mestrado, apresentadas a provas académicas: à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2), à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2), à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2). Dos restantes 3 trabalhos concorrentes um é um estudo apresentado ao Departamento de História e Civilização do Instituto Universitário Europeu de Florença, e dos outros dois, um é um trabalho conducente à realização de provas de Mestrado, outro resultado de idênticas provas.

De notar que são todos eles trabalhos datados de 2005, portanto muito recentes, e também de enorme actualidade, a exprimir assim uma apetência muito directa pela distinção deste Prémio.

Os trabalhos situam-se maioritariamente (5 deles) no estudo de temáticas do *Estado Novo*, a saber, sobre a configuração e definição institucional e orgânica do Estado Novo (a Concordata); sobre movimentos artístico-culturais ao tempo do Estado Novo (O Cinema e a Dança), sobre a Oposição ao Estado Novo (A “Vermelha” de Vila Franca de Xira e o Movimento Estudantil em Coimbra).

Estes são trabalhos que nos alargam substancialmente os campos de observação da Sociedade, da Política, das Instituições portuguesas ao tempo do Estado Novo e, sobretudo, nos aproximam a diferentes fases de evolução e fixação do Regime em relação com movimentos sociais, culturais e sociológicos marcantes. Sublinho sobretudo os estudos sobre a Dança e o Cinema que abrem múltiplas (e certamente para muitos inesperadas) perspectivas de observação destas áreas culturais e artísticas, na sua relação com a Sociedade e o Poder. E também ao modo como o Poder Político se relaciona com estes movimentos e expressões culturais e artísticos, novos e (ou) de vanguarda que de um modo geral submete a um olhar “controleiro”, mas quando necessário neles pretende intervir, deles se apropriar e até tutelar.

Dos restantes trabalhos dois dirigem-se ao estudo de temáticas do século XIX, e dois do século XX.

Do século XIX é o estudo sobre a *Casa de Palmela*, trabalho que se integra numa corrente historiográfica virada para o estudo das *Casas e Famílias Nobres* – como campo privilegiado de observação da Política e da Sociedade – de que se consideram os esteios, em particular da Sociedade e Política do Poder da Coroa ou do Estado. O estudo sobre o *Divórcio* – entre as múltiplas contribuições que traz para o tema, que levou o júri a premiá-lo – permite do meu ponto de vista o primeiro grande desenvolvimento do conhecimento das condições reais e efectivas, sociais, políticas e sociológicas da utilização e recurso à figura do Divórcio, no quadro urbano da cidade do Porto, logo no imediato à aprovação da Lei. Trata-se de um contributo e avanço significativo para o conhecimento do tema que vem sendo sobretudo analisado do ponto de vista do seu significado e alcance jurídico-político.

Os dois restantes trabalhos situam-se no século XX. Um sobre o *Autonomismo e Nacionalismo Angolano (1900-1960)* que se insere no quadro do desenvolvimento da historiografia sobre as ex-colónias portuguesas no horizonte da Descolonização e Independência. Ao Prémio História Contemporânea têm concorrido muitos trabalhos sobre esta problemática, expressão do grande desenvolvimento nos últimos anos deste campo historiográfico. O outro trabalho é sobre a *Imprensa Portuguesa entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro 1975*. Sublinharia neste trabalho o seu contributo para trazer à análise historiográfica os temas da História mais recente; mas sobretudo o facto de submeter ao crivo da Disciplina Histórica, a Imprensa que muitas vezes se quer assumir como História do Presente e Actualidade.

Apresenta-se de seguida uma breve síntese dos trabalhos apresentados (com excepção do premiado cuja apresentação será feita pela própria Autora).

Século XIX *A Casa Palmela e o desafio liberal: estratégias de afirmação* de Pedro Urbano da Gama Machuqueiro. Mestrado Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Trata-se de um largo e bem estruturado estudo sobre o papel da Nobreza na construção da Sociedade e Política portuguesa do Liberalismo e do século XIX.

A questão essencial é responder à questão, a saber, como é que a Nobreza tradicional portuguesa – co-natural e filha do Absolutismo e da Monarquia – sobrevive ao fim daquele Regime e Sociedade e se adapta ao Estado Liberal. Ou, questão não menos pertinente, como é que o Estado Liberal se modela e articula com a Sociedade aristocrática e nobre portuguesa?

A resposta pode ser seguida a partir de estudos como este sobre a Casa Palmela entre 1810 e 1887, isto é, da Monarquia Absoluta à Monarquia Constitucional Portuguesa. Isto porque quer no Antigo Regime, quer no Liberalismo a Casa Nobre continuará a ser o local por excelência onde se definem e jogam os destinos da articulação social e política da Nobreza com patamares da Alta Sociedade e Poder. Esta *Casa* e a *Família* integram-se na primeira nobreza da Corte. Mas só nos fins do Absolutismo é que será agraciada com um título que irá mudar o destino da Casa e Família e aproximá-la do poder político: o título de Conde de Palmela, atribuído em 1809 a D. Pedro de Sousa Holstein, depois por serviços prestados, sucessivamente promovido a Marquês (1823), Duque de Faial (1833), finalmente convertido em Duque em Palmela.

D. Pedro de Sousa Holstein é uma figura central da causa liberal, exercendo altos cargos militares, diplomáticos e políticos. Foi Presidente do Ministério de Maria da Fonte. O estudo permite seguir as bases familiares e domésticas da sustentação desta referência da sociedade e política oitocentista: os enlances familiares nas estratégias de casamentos; os cargos, os ofícios e as carreiras; as transmissões do património; os rendimentos e propriedades da Casa; a vida material e social da família expressa na Casa e composição do seu recheio.

Seguindo as vicissitudes familiares e domésticas da Casa titulada, pedra angular do Regime, e também a própria evolução do regime liberal que se segue. Por isso esta é uma temática estratégica não só para o estudo da História Social, mas também da Política Portuguesa do século XIX.

Estado Novo

- 1 – *Brotéria: A Concordata de 1940 e o Acordo Missionário* de José António Ribeiro de Carvalho. Trabalho escolar-académico (conducente a Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Trata-se de um interessante trabalho onde se pretende seguir o contributo da revista *Brotéria* para a fixação dos termos da Concordata de 1940 e do Acordo Missionário.

A *Brotéria* é uma revista do Círculo Cultural e Religioso dos Jesuítas portugueses com grande impacto nos meios políticos e intelectuais portugueses. Revista fundada em 1902, no ocaso da Monarquia, resistiu à República (um só ano de interrupção em 1911) e, depois de 1925, volver-se-á numa das suas séries, a *Cultural*, uma importante tribuna de doutrinação sobre a Fé, as Ciências e as Letras, tornando-se uma das referências essenciais da doutrinação e conformação do pensamento da Igreja, porta voz e veículo de comunicação com o Poder e as Elites. De modo que seguir os conteúdos dos artigos da *Brotéria* sobre esta temática revela-se um programa de estudo do maior alcance, tanto mais que se trata também de uma revista redigida no seio de uma comunidade (a Jesuítica) com uma experiência histórica única de relações – as mais controversas – com o Estado e o Poder Político, Social e Cultural em Portugal.

Neste trabalho podem seguir-se os sucessivos conteúdos dos principais artigos que, desde 1927, para esta matéria vão carreando dados e reflexões, conduzindo e conformando os espíritos e vontades para os termos da assinatura daqueles documentos absolutamente estratégicos e constitucionais à estabilização das relações entre o Estado e a Igreja, mas também à própria definição do Regime do Estado Novo e à sua acção Ultramarina e colonizadora e aos Direitos e Património Histórico da Igreja como Instituição.

Pelos mais expressivos e representativos artigos da revista pode seguir-se o essencial do pensamento e doutrina desta importante instituição da Igreja sobre:

- 1) O papel histórico que a Igreja portuguesa desempenhou na conformação da Sociedade Portuguesa;
- 2) O património e os direitos inalienáveis que dizem lhe assistem e lhe pertencem para o cumprimento da sua missão orgânica, que a Concordata e o Acordo Missionário devem respeitar, na afirmação do Pensamento que da sua perspectiva deve ser considerada Doutrina, de que aqueles documentos

não são privilégios que o Estado português confira ou outorgue à Igreja, antes a celebração de um Pacto ou Contrato bilateral, que tanto obriga a Igreja como o Estado.

Neste sentido a Concordata de 1940 deve reatar a Tradição Concordatária das relações entre o Estado e a Igreja portuguesa algumas vezes quebrada ou diminuída (v.g. com o Regalismo Monárquico e com a República).

- 2 – *“A Vermelha”*: para uma História da oposição ao Estado Novo no concelho de Vila Franca de Xira (1926-1974) de Iúri Borges Coelho Beirão Amador. Mestrado Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Trata-se de um importante trabalho sobre a configuração e organização local da Oposição ao Estado Novo.

Por ele é também o concelho de Vila Franca de Xira que é estudado, nos elementos da sua caracterização económica e social. Em primeiro lugar como concelho predominantemente agrícola e agro-industrial que evoluirá para uma das mais desenvolvidas áreas industriais. Em relação com essa transformação a primitiva sociedade de proprietários, cultivadores e rendeiros ver-se-á progressivamente substituída por uma sociedade industrial, de operários e proletários. E em correlação com esta evolução social, é possível seguir a transformação do campo da actuação e sobretudo da contestação social e política que da formulação de uma cultura de resistência sob o enquadramento do importante grupo dos neo-realistas, evoluirá para a contestação social e política adentro da força de um importante núcleo do PCP ao longo da década de 1940, seguindo-se depois as formas de contestação e resistência ao longo da década de 1950 e 1960, com especial atenção ao envolvimento político nas eleições de Humberto Delgado, “O Terramoto Delgadista”, e sua evolução final por sob o Marcelismo.

O estudo da oposição ao Estado Novo feito sobretudo a partir da análise partidária (PCP) e outros movimentos de oposição, da acção política nos grandes centros urbanos e grandes órgãos de produção ideológica, ganha substancialmente com este tipo de estudos que aproxima a compreensão desta Oposição a um

quadro local, sociologicamente bem configurado, sem o que nunca se terá uma visão de conjunto, nem da acção e configuração do Poder do Governo, nem do Poder da Oposição, nas suas extensões e configurações locais e sociais.

3 – *A tradição da contestação. Resistência estudantil em Coimbra nos finais do Estado Novo* de Miguel Cardina. Tese de Mestrado (versão nova) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

É este um estudo muito importante sobre o moderno movimento estudantil português, visto do horizonte coimbrão. Um estudo que pretende ultrapassar alguns quadros mais limitados da sua análise, situando-o no movimento logo que arranca pela década de 1950 e se estende até 1974 fixando-lhe as coordenadas mais gerais, desde as suas origens americanas e francesas (crise de 69) e seguindo-lhe as diferentes densidades, adentro das causalidades determinantes, a estudantil-académica, a das causas políticas e das causas sociais.

É um estudo que se debruça sobre os momentos mais críticos do Movimento estudantil: a crise de 1956, a crise de 1962, de 1969 e a de 1971. Para cada uma delas são configurados os condicionalismos internos e externos ao Movimento e seguidos de perto a sua articulação com eles: com a evolução política do Regime, o Colonialismo e Governo de África; com a evolução social e económica de Portugal e da Europa e em relação com ela dos movimentos políticos e filosóficos; com o enorme crescimento da população estudantil entre 1961 e 1974 (passa de 15.000 estudantes universitários para 56.000); com as reformas políticas e evolução do movimento associativo coimbrão desde as reformas de 1971 até à reforma de Veiga Simão sob o Marcelismo e endurecimento final do Regime; com as causas sociais (cheias de 1967) que os estudantes abraçaram.

É portanto este estudo, um capítulo essencial da História Politico Social Portuguesa, o da História da Juventude Estudantil, que diz emergir como Ente Histórico com identidade, na História da Oposição ao Estado Novo. E também porque não da Pré-História ou dos Antecedentes Históricos do Movimento Associativo pós 1974 e das origens da sua reivindicação pela participação na gestão democrática das Escolas de Ensino Superior e do Ensino Secundário.

- 4 – *Branços de Angola. Autonomismo e nacionalismo (1900-1961)* de Fernando Tavares Pimenta. Tese (Estudo) Departamento de História e Civilização do Instituto Universitário Europeu de Florença (Ed. Minerva História, 2005).

O estudo das origens do Nacionalismo Angolano (e Africano) tem sido feito e ensaiado de múltiplas perspectivas e abordando diversas causalidades. No seu conjunto apontam para os condicionalismos do Desenvolvimento Colonial, seu impacto global ou sectorialmente considerado. Em relação com ele e com as correntes políticas de opinião mundiais contra o Colonialismo, o desenvolvimento das ideologias e escolas de pensamento e acção pela autonomia e a independência africana.

Nesse contexto os movimentos pela Autonomia e pela Independência eram sobretudo considerados como produtos da população colonizada, enquadrada por elites dirigentes, sobretudo pretos. Por isso, neste contexto o nascimento de movimentos protonacionalistas ou nacionalistas, a luta pelo Nacionalismo, iam de par em par com a luta contra o Racismo.

Estas perspectivas não contemplavam, ou contemplam de modo insuficiente, o papel desempenhado pela população branca neste processo.

Ora é o chamado movimento dos leuconacionalistas – movimento dos brancos – que esta obra estuda. Na expressão do seu autor pelo estudo do papel e lugar dos brancos neste processo, pretende-se abarcar a perspectiva mais complexa da História de Angola, do desenvolvimento do Colonialismo e do surgimento dos movimentos autonomistas e independentistas ao longo do século XX. Este trabalho reveste-se por isso também como um importante contributo para a fixação do conteúdo de um Nacionalismo branco no Continente Africano (Angola) que mal tem sido abordado.

A obra desenvolve-se por capítulos essenciais sobre a População Angolana e neles sobre o peso e posição dos brancos, e seu lugar na Política e Administração Colonial; o desenvolvimento do Autonomismo Branco Angolano (1900-1940) e a passagem ao Nacionalismo Branco Angolano (1940-1961).

De entre várias conclusões o Autor refere-se ao problema da falta de unidade ideológica do movimento branco, às suas diferentes tendências sobre o modo

como a população branca entende dever participar ou liderar o movimento político de autonomia e independência e sobre o seu próprio conteúdo e objectivo, que exprimem compromissos mais ou menos fortes e por um lado com a sociedade e as elites africanas e angolanas e com a sociedade e ordem europeia e colonial portuguesa.

5 – *A Imprensa diária portuense no período revolucionário (1974-1975)* de Ricardo Miguel Gomes. Mestrado – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este é um estudo histórico sobre três históricos do jornalismo portuense e português: *Jornal de Notícias*, *o Comércio do Porto* e *o Primeiro de Janeiro*, no período que vai do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975. Por ele pretende submeter-se a análise dos conteúdos jornalísticos, o papel dos três jornais, a um estudo enquanto agentes de História naquela etapa revolucionária.

Trata-se de um trabalho assente numa explicitação clara das metodologias e objectivos que separam o Estudo Histórico do Jornalismo dos estudos sobre o Jornalismo. Designadamente o de explicitar como a escrita jornalística, pode servir a interpretação histórica do período, incluindo aí o papel dos Jornais, na construção da História daquele período.

Este é um estudo feito criteriosamente com base num grande trabalho de selecção de fontes, conjuntos emblemáticos de temas a estudar – isolada e comparativamente estatutos editoriais dos Jornais e orientações de jornalistas de referência, contextualizando historicamente o objecto de estudo e o tempo histórico da sua elaboração.

No final resulta um importante estudo para a História do Período, da Imprensa em geral e da Imprensa Portuense. E sobretudo um importante contributo para esclarecer, o que separa o jornalismo – que alguns ainda tentam fazer passar como História do presente da verdadeira História, no sentido de que a Imprensa e o Jornalista como outro qualquer agente, não deixa de ser ele próprio elemento da construção da actualidade que pretensamente querem interpretar. Neste caso, o distanciamento histórico – não participativo – faz o essencial das diferenças.

Estado Novo. Movimentos artístico-culturais

- 6 – *Nova dança portuguesa* de Sara Maria Gaspar Inácio. Trabalho de investigação académico (na sequência de tese de Mestrado na Faculdade de Motricidade Humana, 2006).

Trata-se essencialmente de um texto que pretende fixar os desenvolvimentos da Coreografia e Bailado Português do Estado Novo à Contemporaneidade, num esforço para fixar os contornos e estado actual do sector. Este é um campo de actividade artística muito marcado pelo papel da Fundação Calouste Gulbenkian que em 1975, com a criação do Grupo Gulbenkian de Bailado, lhe abre os caminhos da Modernidade. Do interior da própria Gulbenkian emergirá no ano de 1986 o Acarte, que abre caminho à Nova Dança Portuguesa, correspondente à evolução dos novos gostos, padrões e públicos da Arte, em correlação com as tendências e expressões da Nova Dança Europeia. Como bem refere a autora este é um campo de estudos que tem dificuldades específicas de aproximação ao seu objecto, porque tal como a Arte Efémera, também a Dança como Arte «mediada pelo corpo do bailarino logo se documenta no momento que é executado», mas também logo se perde (ou perdeu) o seu testemunho no acto da execução.

- 7 – «*Os filhos bastardos*» *Afirmção e reconhecimento do novo cinema português (1967-1974)* de Paulo Manuel Ferreira da Cunha. Mestrado Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

A História do Cinema Português é um campo novo da Historiografia Portuguesa. O estudo e a reflexão sobre a produção e cinema português foi até há pouco tempo feito pelos próprios homens do cinema, o que lhe conferia pouca autonomia e independência, crítica e histórica.

Este é um estudo que passa em revista os principais momentos da Cinemateca Portuguesa, desde os tempos do Cinema comprometido e inserido na Política do Espírito e Propaganda do Estado Novo – de Leitão de Barros, Lopes Ribeiro, Chianca de Garcia e Brum do Canto até ao Novo Cinema Português descomprometido social e politicamente de autores – F. Lopes, Fonseca e Costa, Paulo Rocha, Manoel de Oliveira, Costa e Silva – passando pelo cinema

neo-realista de adaptação de romances de mensagem e crítica social da 1.ª fase do Estado Novo.

A questão essencial da tese passa pela análise e a apreciação das relações entre o Poder Político e o Poder do Cinema. Até que ponto o novo cinema português foi capaz de se libertar do poder político que nele viu uma arma poderosa de condução de mensagens e incubação de ideários?

Sob o signo das novas vagas que por meados do século renovam a cinematografia europeia e americana e também em Portugal sob o impulso do Cineclubismo mas também do apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Estado, desenvolveu-se uma nova Cinematografia. Cinematografia profundamente renovada ética e esteticamente – independente, sem grande unidade estética-política – razões certamente pelas quais o Estado não deixaria de a reconhecer, o que se verificou com a criação do Centro Português do Cinema (de 1968) e nos termos da Lei do Cinema de 1971.

Este Cinema, sempre concorrendo com o cinema “programático” (comercial), não deixará de ter uma forte influência na Sociedade Portuguesa, na veiculação de novos valores, referentes e padrões de conduta. Ao ponto de o autor referir que esta Revolução do Cinema Português precede a Revolução de 1974.

No seu conjunto os trabalhos concorrentes ao Prémio de História Contemporânea, mais uma vez se posicionaram entre os melhores trabalhos da historiografia de investigação curricular universitária portuguesa, mas também de trabalhos de outros horizontes. O concurso ao Prémio promove também uma importante selecção, dado o prestígio que este concurso tem garantido.

Por todas estas razões este Prémio continua a ser um importante observatório dos campos de trabalho, mas também das novas tendências de História e Historiografia Portuguesa Contemporânea.